

Uma revisão sobre o debate desenvolvimentista e a distribuição de renda

RESUMO

As teorias social e novo-desenvolvimentista surgem como resposta ao fracasso neoliberal em promover o desenvolvimento econômico no Brasil. Apesar de constituírem estratégias que buscam estimular a demanda agregada como forma de elevar os investimentos e impulsionar o crescimento, trata-se de estratégias que possuem diferentes implicações para a distribuição da renda, uma vez que se apoiam em estratégias de crescimento divergentes. Nesse sentido, o presente trabalho busca sintetizar as proposições social e novo-desenvolvimentistas e suas implicações para a distribuição da renda na sociedade, ressaltando suas divergências e as críticas realizadas a essas teorias. Verifica-se que, no projeto novo-desenvolvimentista, a melhoria da distribuição de renda demandaria alguns anos para ser verificada após a implementação do projeto, enquanto no projeto social-desenvolvimentista, a redistribuição de renda seria favorecida desde o início da implementação da estratégia.

Palavras-chave

Novo-desenvolvimentismo; Social-desenvolvimentismo; Distribuição de Renda.

ABSTRACT

Social and New-developmental theories have emerged in response to the failure of neoliberalism to produce economic development in Brazil. Although both represent strategies that seek to stimulate aggregate demand as a way of increasing investment and boosting growth, they have very different implications in terms of the distribution of income, since they are based on different growth strategies. In this sense, the present article has sought to synthesize both the social and the new-developmental proposals and their effects on the distribution of income in society, highlighting their differences and the criticisms that have been directed at both theories. One can note that in the case of the new-developmental project, any improvement in income distribution necessarily requires a number of years to become apparent following the implementation of such a project, whereas in the case of the social-developmental project, the redistribution of income process is apparent from the very beginning of the strategy's implementation.

Keywords

New-developmentalism; Social-developmentalism; Income Distribution.

1. Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

1. Introdução

Diante do fracasso do neoliberalismo em promover o crescimento e o desenvolvimento econômico no Brasil, assistiu-se no país a uma deterioração dos indicadores econômicos e sociais, que se traduziu em aumento do desemprego, reduções salariais e desmonte de direitos. Nesse contexto, junto com a ascensão de um governo de esquerda no início dos anos 2000, ganharam forças as teorias desenvolvimentistas, expressadas pelo social-desenvolvimentismo e pelo novo-desenvolvimentismo. Essas duas vertentes surgiram como alternativas para solucionar os problemas da economia brasileira associados no que se refere à baixa demanda, baixo crescimento econômico, desigualdades sociais e alto desemprego, problemas ainda atuais na economia brasileira.

Trata-se de teorias que defendem em algum grau a intervenção do Estado na economia ao objetivarem elevar o nível de demanda agregada de forma a estimular os investimentos e, conseqüentemente, elevar o nível de emprego. No entanto, tais teorias divergem quanto à qual componente da demanda agregada estimular, o que implica instrumentos e mecanismos econômicos diferentes a serem usados para alcançar o crescimento econômico sustentável, possuindo também diferentes implicações na distribuição de renda na sociedade.

Países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, sofrem restrições de oferta, como a fraca infraestrutura. Entretanto, restrições de demanda constituem a principal limitação para o crescimento e essas restrições podem perpetuar-se até que as economias em desenvolvimento alcancem seu potencial máximo. O alto desemprego e o fato de a capacidade de produção ser raramente utilizada em potencial máximo constituem evidência da proposição de que a principal restrição é a de demanda para as economias em desenvolvimento (THIRLWALL, 2007).

Essas teorias desenvolvimentistas concordam que o Estado é necessário para assegurar as políticas de desenvolvimento e que o estímulo ao desenvolvimento econômico deve ser dado pela expansão da demanda agregada. Nesse caso, o ponto central das divergências entre as propostas consiste no componente da demanda agregada, consumo ou exportações, que será responsável pelo estímulo aos investimentos. Nesse sentido, o social-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo partem do princípio da demanda efetiva elaborada por Keynes ([1936] 2012), na medida em que

buscam estimular a demanda agregada para que seja alcançado um ritmo de investimento compatível com um crescimento econômico sustentável com pleno emprego. No entanto, partem de concepções diferentes de qual deve ser o regime de crescimento adequado ao Brasil, o que implica resultados diferentes quanto à distribuição de renda na sociedade.

Diante desse quadro, o presente trabalho busca, através de uma pesquisa bibliográfica, sintetizar as propostas social-desenvolvimentistas e novo-desenvolvimentistas e comparar suas estratégias, além de levantar críticas feitas a essas teorias. Considerando a importância do debate sobre a alta concentração de renda que caracteriza a sociedade brasileira, serão analisadas as implicações dessas estratégias para a distribuição da renda.

Para tanto, além desta breve introdução, o artigo conta com mais três seções. Na próxima seção, será feita uma síntese sobre as teorias social-desenvolvimentista e novo-desenvolvimentista. Na terceira seção serão analisadas as implicações das estratégias associadas a essas teorias desenvolvimentistas para a distribuição de renda. Por fim, na última seção são feitas as considerações finais do trabalho.

2. Social-desenvolvimentismo e Novo-desenvolvimentismo

2.1. Social-desenvolvimentismo

A proposta social-desenvolvimentista se apoia no regime de crescimento *wage-led* ao defender que o aumento da participação dos salários na renda nacional consiste no mecanismo adequado para elevar o nível de demanda agregada e, por conseguinte, estimular os investimentos, por meio do aumento do consumo de massas e da melhora na distribuição de renda. Esse regime parte do pressuposto de que o efeito positivo sobre a demanda agregada, isto é, o aumento do consumo proporcionado pelo aumento dos salários, é maior do que o efeito negativo representado pelo aumento dos custos para as empresas.

Conforme Bielschowsky (2012), principal expoente social-desenvolvimentista, o desenvolvimento econômico brasileiro deve se basear nos “motores” do desenvolvi-

mento: consumo de massa, utilização dos recursos naturais abundantes e investimento em infraestrutura. Essa corrente de pensamento possui como um de seus pilares, portanto, a ideia de que o crescimento econômico brasileiro deve ser liderado pelo crescimento do consumo de massa, que será maior quanto melhor for a distribuição de renda. Torna-se necessário para o sucesso da estratégia, portanto, a melhoria contínua da distribuição funcional da renda.

Conforme Carneiro (2012, p. 774), essa melhoria da distribuição funcional e pessoal da renda é possibilitada pela regulação do mercado de trabalho e por política tributária e social “que elevassem a massa de salários e rendimentos do trabalho, o consumo e o multiplicador da renda e, por sua vez, um incremento autônomo da demanda de consumo por meio do acesso facilitado e ampliado ao crédito”. Bielschowsky (2012) enfatiza que é necessário, além do consumo de massas, a realização de uma produção em massa que possibilite o aumento dos rendimentos de escala e do progresso técnico, o que permite a elevação dos salários. No mesmo sentido, Mollo e Amado (2015) ressaltam que o consumo de massas e consequente estímulo ao investimento podem ter seus efeitos potencializados com a queda dos juros defendidos pelos pós-keynesianos.

A implementação da estratégia seria seguido pelo seguinte círculo virtuoso:

i) o aumento do consumo provoca a expansão dos investimentos, que se traduz em aumento de produtividade e competitividade pelas vias de mais equipamentos por trabalhador, conhecimento, aprendizado e inovação e economias de escala (da produção em massa); ii) a elevação da produtividade transmite-se equilibradamente a lucros e rendimentos das famílias trabalhadoras pelo aumento de salários, redução dos preços dos bens e serviços e aumento dos gastos sociais; iii) esses rendimentos transformam-se em consumo popular continuamente ampliado; e iv) essa ampliação provoca a expansão dos investimentos (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 739).

Dessa forma, essa corrente de pensamento é favorável a políticas de ampliação do crédito, transferência de renda e de valorização de salário mínimo, além de investimento público em infraestrutura física e social. A exportação de produtos industriais, nessa concepção, não constitui um “motor” de estímulo ao investimento, pois considera que, no Brasil, a exportação de produtos industriais consiste em um complemen-

to da demanda gerada pelo mercado interno. Entretanto, esse setor também seria beneficiado pela estratégia, através da ampliação da base produtiva e dos ganhos de produtividade, que garantiriam a competitividade das exportações e a amenização da restrição externa (CARNEIRO, 2012).

A utilização de recursos naturais, conforme Bielschowsky (2012), pode aumentar a renda brasileira em médio ou longo prazo decorrentes do progresso técnico e dos encadeamentos produtivos associado a tais recursos, permitindo o aumento do emprego e do bem-estar social. O investimento em infraestrutura, por sua vez, é fundamental para a estratégia devido ao elevado volume de recursos e empregos que são associados a esse investimento, que geram externalidades a toda economia.

Além dos três “motores” do investimento, Bielschowsky (2012) assinala que o desenvolvimento econômico brasileiro pode contar com dois “turbinados”, quais sejam, o processo de inovação, que atuaria no sentido de viabilizar novas atividades econômicas pela formação de encadeamentos produtivos em cada “motor”, possibilitando a redução de custos e o aumento da competitividade internacional; e o fortalecimento de encadeamentos produtivos tradicionais através de investimentos, de modo a fortalecer a indústria e a diversificação da produção.

Conforme argumenta Bielschowsky (2012), o modelo de produção e consumo de massa representa uma “extraordinária oportunidade para o Brasil” devido à ampla dimensão do seu mercado interno e alta difusão do progresso técnico nos setores de bens de consumo de massa, que proporcionam significativos rendimentos de escala.

No mesmo sentido, Biancarelli e Rossi (2014) argumentam que a dimensão social deve estar no cerne de uma estratégia desenvolvimentista no Brasil. Tal estratégia deve ampliar o mercado de consumo de massas e garantir direitos sociais, buscando reduzir as desigualdades sociais no país, o que demandaria investimentos em infraestrutura social e esforços para desconcentrar a renda. Conforme esses autores, a ampliação da infraestrutura social estimula a economia no curto prazo, devido ao aumento do investimento; e no longo prazo, através do aumento da competitividade do setor produtivo devido à melhoria da educação, saúde e qualidade de vida dos trabalhadores.

2.2. Novo-desenvolvimentismo

Bresser-Pereira (2016) afirma que, no passado recente da economia brasileira, nem os liberais nem desenvolvimentistas conseguiram retomar o desenvolvimento devido à armadilha dos juros altos e câmbio sobreapreciado, que reduziram a demanda para as empresas brasileiras e, conseqüentemente, o investimento privado, produzindo um crescimento insatisfatório ao fazer com que empresas, ainda que eficientes e dotadas de alta tecnologia, não conseguissem competir no mercado internacional.

Nesse sentido, o novo-desenvolvimentismo consiste em uma estratégia nacional de desenvolvimento que engloba conjunto de instituições, políticas e diagnósticos direcionados para competição internacional e o desenvolvimento econômico. Para essa corrente de pensamento, o aumento da capacidade de poupança e investimento da economia, o desenvolvimento do capital humano e aumento do capital social, bem como políticas macroeconômicas associadas à redução do endividamento interno e externo e de desenvolvimento, levariam a “um período longo em que o país experimenta elevadas taxas de crescimento da renda per capita e dos padrões de vida”, permitindo que os países de renda média consigam, no início do século XXI, “contrabalançar as estratégias neutralizados dos países concorrentes e gradualmente *catch up* – convergir para seus níveis de renda”, permitindo, portanto, que os países em desenvolvimento rejeitem a pressão dos países ricos de reformas e de políticas econômicas prejudiciais aos primeiros países, tais como a abertura total da conta de capitais e o crescimento com poupança externa, consideradas propostas que representam a tentativa de neutralização neoimperialista do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 280-281). Nesse sentido, o novo-desenvolvimentismo estabelece uma intervenção do Estado na economia e na questão social, objetivando reduzir a elevada incerteza nos países em desenvolvimento, da qual a vulnerabilidade externa estrutural consiste no principal agravante, haja vista que as economias em desenvolvimento passam recorrentemente por crises cambiais decorrentes, na maioria dos casos, de fuga de capital especulativo, desencadeando alta dos juros, do câmbio e da inflação, agravando o quadro social do país (CASTELO BRANCO, 2007).

Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, cap. 12) argumentam que, nos países em desenvolvimento, não existe demanda efetiva suficiente para estimular os investimentos devido à tendência de sobreapreciação no longo prazo da taxa de câmbio, decor-

rente da opção de política de crescimento com poupança externa e pela doença holandesa² em contexto de alta volatilidade de capital e baixo grau de regulamentação. Os autores argumentam que, em países de renda média que não possuem moeda conver-sível, as exportações constituem a única fonte autônoma e sustentável de crescimento de demanda. Dessa forma, o problema macroeconômico desses países se deve ao fato de a indústria possuir baixa lucratividade, ainda que sejam eficientes, devido ao câmbio sobreapreciado no longo prazo.

Conforme a teoria novo-desenvolvimentista, portanto, a estratégia *export-led* consiste na estratégia apropriada para o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro. Nessa concepção, uma desvalorização cambial aumenta o nível de utilização da capacidade produtiva, uma vez que o salário real se reduz e o valor das exportações se eleva, aumentando a margem de lucro das empresas e afetando positivamente os investimentos, favorecendo a acumulação de capital e a introdução de progresso tecnológico. Dessa forma, o novo-desenvolvimentismo busca integrar competitivamente o país em desenvolvimento no sistema mundial por meio de uma taxa de câmbio competitiva, favorecendo a exportação de manufaturados. Trata-se de uma integração que se dá apenas no nível do comércio internacional.

Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, cap. 12) ressaltam que uma nação deve optar pela estratégia *export-led* apenas temporariamente, quando a taxa de crescimento corrente for abaixo da necessária para realizar o *catching up*. Atingindo uma situação em que a taxa de investimento e crescimento são satisfatórias, a nação não precisa escolher entre as duas estratégias, mas sim optar por uma estratégia equilibrada, em que as contas externas do país estarão equilibradas e os salários crescerão na mesma taxa que a produtividade, ao passo que a taxa de lucro no longo prazo será suficiente para que as empresas invistam.

Para a viabilização desse modelo, demandam-se políticas macroeconômicas consistentes com o objetivo de melhorar a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional, estabilizar a inflação, reduzir a taxa de juros, de modo a torná-la menor do que a taxa de retorno do capital, além de obter déficit público próximo de zero e aumento dos salários reais na mesma proporção do aumento da produtivi-

2. A doença holandesa é um fenômeno que ocorre em países com abundância de recursos naturais que possibilitam vantagens comparativas na comercialização de *commodities*. Os países que possuem essa doença tendem a se especializar na produção desses produtos, gerando rendas ricardianas e, conseqüentemente, sobreapreciação do câmbio.

dade do trabalho ou acima da produtividade do trabalho, quando a produtividade do capital for muito elevada. Se tais condições forem satisfeitas, as exportações de manufaturados promoverão a expansão do produto real, elevando a produtividade do trabalho e permitindo um aumento dos salários não inflacionário, além da manutenção de taxa de juros baixa em termos reais e nominais. A expansão da demanda agregada concomitantemente à manutenção de juros baixos encadeará expectativas favoráveis aos empresários, estimulando grandes investimentos, levando à ampliação e modernização da capacidade produtiva (OREIRO, 2012).

Conforme Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, cap. 14), o efeito inicial da desvalorização cambial consiste na redução da demanda interna devido à redução do consumo que segue da redução dos salários reais. Com o menor nível de consumo, ocorre uma redução da utilização da capacidade produtiva e aumento do nível de desemprego. Em seguida, a desvalorização do câmbio provoca uma mudança gradual da estrutura produtiva da economia, que se traduz em aumento da elasticidade-renda das exportações e redução da elasticidade-renda das importações. Com isso, ocorre um aumento da taxa de crescimento das exportações, o que faz com que o aumento da demanda decorrente do setor externo mais do que compense a queda da demanda interna. Além disso, o aumento das margens de lucro associado à desvalorização desencadeia um aumento gradual da utilização da capacidade produtiva e da taxa de investimento, estimulando o crescimento do produto real.

Considera-se, nessa perspectiva, que a sensibilidade do investimento ao lucro será tal que a redução da demanda por consumo decorrente da redução dos salários seja mais do que compensada pelo aumento da demanda por investimento decorrente do aumento da lucratividade. Dessa forma, o regime de crescimento liderado pelos lucros, do qual o regime de crescimento liderado pelas exportações constitui um caso particular, parte do pressuposto de que o aumento da lucratividade, ainda que o consumo se reduza, proporciona o aumento da demanda agregada, através da expansão dos investimentos.

Com esse argumento, a teoria novo-desenvolvimentista sustenta que a aceleração do crescimento da economia brasileira está condicionada à desvalorização cambial, pois levaria as empresas a aumentar sua produtividade através de um significativo aumento dos investimentos, uma vez que as margens de lucro das empresas produtoras de bens comercializáveis seriam aumentadas.

Conforme destacam Oreiro e Marconi (2016), é necessário um aumento significativo da poupança doméstica, substituindo a poupança externa, para que o aumento do investimento não esteja associado ao aumento da fragilidade externa. A desvalorização cambial seria encarregada de proporcionar a substituição da poupança externa pela interna, aumentando a poupança doméstica via aumento da lucratividade das empresas exportadoras. Esse argumento parte do pressuposto estabelecido por Kaldor (1966) de que a propensão a poupar derivada dos lucros tende a ser maior do que a propensão a poupar derivada dos salários, o que torna possível o aumento da poupança doméstica em decorrência da desvalorização do câmbio real concomitantemente à redução da poupança externa, uma vez que o país irá elevar o saldo em transações correntes e, portanto, reduzir a necessidade de poupança externa para financiamento dos déficits em transações correntes.

Para que a estratégia *export-led* seja viabilizada, é necessária uma taxa de câmbio competitiva, que demanda a neutralização da tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio e a neutralização da doença holandesa. Nesse sentido, a política cambial, como já enfatizado, constitui peça fundamental para o novo-desenvolvimentismo. Nessa perspectiva, o câmbio deve flutuar em torno do equilíbrio industrial³ de modo a elevar a competitividade das empresas, tornando possível que os países com baixo crescimento assumam uma trajetória de crescimento acelerado, ocorrendo o *catching-up*. Uma vez satisfeitas as condições necessárias, a economia passaria por uma mudança estrutural na qual haveria transferência de mão de obra para setores mais produtivos, com maiores salários e maior valor adicionado per capita.

Solucionar o problema da doença holandesa na economia brasileira é de suma importância para os novo-desenvolvimentistas. Para a solução do problema, os autores propõem a utilização de um imposto ou retenção sobre a exportação das *commodities* correspondente à diferença entre o câmbio que equilibra a indústria e o câmbio corrente, reduzindo a oferta do bem e pressionando por uma desvalorização da moeda

3. Conforme Bresser-Pereira (2016a) o novo-desenvolvimentismo denomina a taxa de câmbio que garante o equilíbrio intertemporal da conta corrente do país como "equilíbrio corrente". Quando o país sofre da doença holandesa, além do equilíbrio corrente, há também a taxa de equilíbrio industrial, taxa que viabiliza a competitividade dos setores industriais domésticos que possuem tecnologia no estado da arte mundial. Sendo a taxa de equilíbrio corrente uma taxa sobreapreciada, o equilíbrio industrial consiste no verdadeiro equilíbrio competitivo nesses países. Nesse sentido, quando não há doença holandesa, o equilíbrio industrial é igual ao corrente. A distância entre os dois equilíbrios mede a gravidade da doença holandesa.

nacional até o ponto onde o equilíbrio corrente se iguale ao equilíbrio industrial. Assim, com a implementação do imposto, o produtor de *commodities* responsável pela doença holandesa condicionará sua produção a uma depreciação que compense o imposto pago.

2.2.1. Crítica à ortodoxia convencional

A teoria novo-desenvolvimentista consiste em um forte ataque à ortodoxia convencional, uma vez que rejeita firmemente a utilização de poupança externa como fonte de financiamento adequada aos países em desenvolvimento. Conforme os autores novo-desenvolvimentistas, o crescimento econômico nos países em desenvolvimento não deve ser apoiado na poupança externa, uma vez que os déficits em conta corrente, financiados seja por empréstimos, investimentos de portfólio ou por investimento direto, não aumentariam o investimento, mas o consumo interno, provocando, portanto, num primeiro momento, a substituição da poupança interna pela externa e, no segundo, devido à sobrevalorização cambial, o aumento da vulnerabilidade da economia a crises do balanço de pagamentos, tipo de crise financeira que caracteriza os países em desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2007). Nesse sentido, críticas à política de crescimento com poupança externa realizadas em Bresser-Pereira e Nakano (2003); Bresser-Pereira e Gala (2007); Bresser-Pereira (2007); Bresser-Pereira (2009); e Bresser-Pereira e Moreira (2016) sustentam que tal política, caracterizada pela utilização de endividamento externo para financiamento dos déficits em conta corrente, induz a uma taxa elevada de substituição da poupança interna pela externa, fazendo com que o consumo aumente e que haja pouco aumento dos investimentos, tornando essa política inviável diante do ônus de remessas de juros e lucros para o exterior.

Nessa perspectiva, um aumento da poupança externa resulta em uma apreciação da moeda no longo prazo, que, por sua vez, pode reduzir a poupança interna para um nível inferior ao nível que antecede o aumento da poupança externa. A redução da poupança interna pode ser maior do que o aumento da poupança externa, fazendo com que a poupança total reduza, reduzindo o investimento e elevando o consumo. Nessa concepção, a estratégia de crescimento com poupança externa apenas causa uma apreciação do câmbio, agravando o endividamento externo e não contribuindo para a taxa de acumulação de capital, revelando-se, portanto, disfuncional. Devido à

sobreapreciação cambial, ocorre uma elevação artificial dos salários, aumentando o consumo, e redução dos investimentos em setores exportadores, o que significa

[...] que o país se endivida, seja financeiramente (via instrumentos financeiros), seja patrimonialmente (via investimento direto), em teoria para aumentar sua capacidade de investir, mas afinal, uma parte considerável dos recursos recebidos substitui a poupança interna ou, em outras palavras, dirige-se para o consumo (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 163).

A substituição da poupança interna pela externa, diante de um aumento da última, não ocorreria em um contexto no qual a economia cresce rapidamente e oferece grandes oportunidades de lucro, na medida em que a classe média e capitalistas estão mais propensos a investir. Entretanto, como ressalta Bresser-Pereira (2007), trata-se de um caso atípico.

Nesse sentido, Bresser-Pereira (2007) afirma que a política ortodoxa convencional consiste em uma “coalização política” pela qual parte dos “sócios” residentes no exterior busca neutralizar a capacidade competitiva internacional do país enquanto a outra parte almeja lucros imediatos e que, portanto, tal política é incompatível com o desenvolvimento econômico do Brasil. Com isso, o autor defende, como uma alternativa ao modelo ortodoxo convencional e ao populismo econômico, uma terceira via nacionalista democrática, liberal, social e republicana, o novo-desenvolvimentismo. Essa terceira via consiste em considerar a competição entre os países no contexto da globalização o princípio norteador das políticas econômicas, pelas quais o governo deve liderar, através da definição de normas e instituições, ou seja, considerar que

[...] na era da globalização, o princípio mais geral é o da rivalidade generalizada entre os Estados-nação por meio de suas empresas, mas que sabe também que a abertura de todos os mercados e a competição forte que a caracterizam implicam uma interdependência maior, que exige maior cooperação especialmente no processo de definir regras ou instituições internacionais que regulem aquela competição (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 279-280).

Conforme Bresser-Pereira e Moreira (2016), para a redução das restrições externas do crescimento econômico brasileiro, tornam-se necessárias políticas macroeconômicas para recuperar a capacidade produtiva de modo a reduzir a necessidade de pou-

pança externa, através da geração de superávits na balança comercial, tornando fundamental o estabelecimento de uma taxa de câmbio que aumente a competitividade da produção doméstica, estimulando o crescimento do setor exportador. Dessa forma, a redução da dependência de poupança externa criaria as condições para o financiamento com poupança interna. Para os autores, portanto, um desenvolvimento autônomo e sustentável depende da geração de recursos próprios para o financiamento desse desenvolvimento.⁴

2.2.2. Economia política da desvalorização

Conforme já sublinhado nas seções anteriores, a taxa de câmbio no novo-desenvolvimentismo possui grande importância para o desenvolvimento econômico, na medida em que estimula os investimentos que ampliam a capacidade produtiva e aumentam a taxa de crescimento das exportações. No entanto, devido às implicações da desvalorização do câmbio real, em termos de redução de todos os rendimentos no curto prazo, Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, cap. 16) assinalam que é necessária uma “coalização de classes desenvolvimentista” que sustente a estratégia nacional de desenvolvimento, tornando politicamente possível o ajuste necessário do câmbio. Tal coalização de classes poderia ser facilitada na medida em que a classe trabalhadora se conscientizasse da insustentabilidade da taxa de câmbio sobrevalorizada no longo prazo, uma vez que o câmbio valorizado decorrente da doença holandesa e dos ingressos excessivos de capitais impulsiona um processo de desindustrialização da economia, reduzindo o emprego no setor industrial, onde são ofertadas as melhores condições de emprego. Além disso, o câmbio apreciado direciona a economia para a realização de sucessivos déficits em conta corrente, que podem acabar provocando uma crise de balanço de pagamentos, penalizando a classe trabalhadora com uma desvalorização traumática para ajuste da balança de pagamentos. A coalização pode ser facilitada também pela conscientização dos benefícios econômicos do câmbio competitivo, em termos de maior crescimento e, conseqüentemente, maior produtividade do trabalho e maiores salários, que decorrem de uma trajetória de crescimento econômico acelerado. Do ponto de vista dos exportadores de *commodities*, a coalização seria facilitada se essa classe compreendesse que sua receita não seria reduzida com a imposição de um imposto sobre suas exportações, necessário pa-

ra a neutralização da doença holandesa, uma vez que a taxa de câmbio desvalorizada compensaria esse imposto.

No mesmo sentido, Oreiro e Marconi (2016) ressaltam um obstáculo político à implementação do modelo, que consiste na redistribuição de renda em favor dos lucros dos beneficiados pela desvalorização, o que se traduziria em deterioração da distribuição de renda, dado que os salários reais não seriam compensados de forma imediata. Conforme os autores, o salário médio, antes artificialmente elevado em relação à produtividade do país devido à sobreapreciação cambial, se reduz com a desvalorização, corrigindo o custo unitário de mão de obra e aumentando os preços dos bens comercializáveis em relação aos bens não comercializáveis, traduzindo-se em redução do salário real, aumento dos lucros em detrimento dos salários e um aumento da taxa de lucro esperada.

Entretanto, os autores novo-desenvolvimentistas ressaltam que tais efeitos sobre a distribuição de renda podem ser compensados pela implementação de uma tributação progressiva, fazendo com que as receitas líquidas dos capitalistas rentistas e profissionais superiores sejam reduzidas, transferindo o sacrifício da desvalorização para os capitalistas rentistas e, conseqüentemente, não aumentando a desigualdade entre lucros e salários e mantendo as margens de lucro dos empresários em níveis satisfatórios, induzindo-os a investir; e pela redução da taxa de juros, que reduzem os ganhos financeiros que concentram a renda.

Ainda sobre a redução dos salários reais, é ressaltado também o caráter temporário da redução do salário real derivado da desvalorização do câmbio real, uma vez que o câmbio real estabelecido ao nível de equilíbrio industrial, segundo a concepção novo-desenvolvimentista, fomentará uma mudança na estrutura produtiva em direção aos setores mais complexos e sofisticados, acelerando o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho e dos salários. Além disso, a melhoria do saldo comercial de bens e serviços também estimulará a elevação dos salários através do aumento da demanda por trabalho. Conforme Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, cap. 12), no caso da economia brasileira, em poucos anos a redução salarial decorrente da desvalorização cambial seria recompensada e, então, um nível de salário real maior do que um salário real na situação de não desvalorização cambial será alcançado.

Nesse sentido, Oreiro e Marconi (2016, p. 174) assinalam que o desafio político para os novo-desenvolvimentistas consiste em transformar o seu modelo de desen-

volvimento em política de Estado, enfatizando a necessidade de uma “coalização de classes em torno de um projeto de desenvolvimento nacional e independente”. Sicsú (2008) argumenta que as perspectivas individual e nacional são fundamentais para o processo de desenvolvimento, no qual há a predominância de uma solidariedade de interesses entre trabalhadores e empresários, reforçando a ideia de nacionalismo. Entretanto, Bresser-Pereira (2007) argumenta que o novo-desenvolvimentismo se encontra neutralizado no Brasil pela falta do sentimento nacionalista e pelo alto grau de concentração de renda, que dificultam a legitimação das instituições.

2.2.3. Abordagem pós-keynesiana

Com uma abordagem pós-keynesiana, Sicsú, Paula e Michel (2007) argumentam que a política econômica na perspectiva novo-desenvolvimentista busca elevar o nível de demanda agregada e, ao mesmo tempo, procura estimular novos investimentos por meio da estabilidade macroeconômica, em termos de redução de incertezas quanto à demanda futura, estabilidade dos preços e aumento do produto e do emprego oriundo da coordenação das políticas fiscais, monetárias e cambiais. Além disso, o projeto novo-desenvolvimentista tem como objetivo proteger a conta capital do balanço de pagamentos do país dos choques que provocam crises cambiais e que acabam por frear frequentemente o crescimento da economia através de medidas que assegurem uma taxa de câmbio que estimule as exportações de bens manufaturados e minimize a alta volatilidade da taxa de câmbio, viabilizando políticas autônomas que objetivam pleno emprego e equidade social.

O projeto novo-desenvolvimentista consiste, na concepção dos autores, em um projeto alternativo ao projeto neoliberal, que busca compatibilizar crescimento sustentável e equidade social através do fortalecimento do Estado, que, por sua vez, deve fortalecer o mercado. Conforme Sicsú, Paula e Michel (2007), portanto, o novo-desenvolvimentismo constitui uma alternativa às distorções promovidas pelo capitalismo e se constitui por um Estado regulador de um mercado forte, dotado de sistema financeiro comprometido com o financiamento de atividades produtivas. Além disso, para os autores, o Estado deve regular a concorrência de modo a reduzir custos e preços, melhorar a qualidade dos serviços e produtos, bem como reduzir o desemprego.

Sicsú (2008) assinala que a taxa de câmbio em nível competitivo facilita a realiza-

ção de grandes superávits comerciais e, conseqüentemente, a acumulação de reservas, protegendo o país de crises cambiais ao reduzir a volatilidade cambial e a especulação, atividade que deve ser desestimulada. No entanto, o autor ressalta que capitais estrangeiros, quando direcionados à produção ou ao investimento, são “bem-vindos”. Nesse sentido, torna-se necessário o estabelecimento de uma taxa de juros que se assemelha aos juros americanos, uma vez que os juros altos atraem capital financeiro especulativo, que acaba por impor pressão para apreciação do câmbio; aumenta o custo de carregamento de reservas pelo Banco Central e desestimula o investimento produtivo.

Apesar da taxa de juros ser eficaz para controle da inflação, tal eficácia depende de uma implicação fortemente adversa para o conjunto da população: o aumento do desemprego. Para solucionar esse impasse, Sicsú (2008) defende uma descentralização do objetivo de estabilização de preços. Nas palavras do autor:

Se a inflação estivesse sendo causada pelo aumento do feijão ou da soja, seria o Ministério da Agricultura que deveria apresentar um diagnóstico do problema e apontar soluções. Se a inflação estivesse sendo causada pelo aumento de margem de lucro de forma excessiva por parte da indústria automobilística, seria o Ministério da Indústria e Comércio que deveria apresentar um diagnóstico do problema e apresentar soluções. O Banco Central deveria ser o controlador de última instância da inflação, e não o primeiro e único órgão do governo preocupado com um problema que é amplo, complexo e com muitas especificidades (SICSÚ, 2008, p. 150).

2.3. Estratégia mista

Apesar das teorias social-desenvolvimentista e novo-desenvolvimentista se apoiarem em estratégias de crescimento diferentes, Ferrari Filho e Paula (2016) e Ferrari Filho e Fonseca (2015) argumentam que é possível conciliar as estratégias de crescimento liderado pelos salários e pelas exportações por meio de políticas econômicas e institucionais coordenadas, o que tornaria possível a manutenção do crescimento dos salários na renda nacional em uma medida que não comprometa a trajetória de crescimento econômico ao não comprometer a lucratividade das empresas, juntamente com a expansão das exportações como forma de elevar a demanda e reduzir a restrição

externa, alcançando um crescimento econômico sustentável e robusto, com distribuição de renda. Isto se dá com base em um crescimento econômico que articule a distribuição de renda com o equilíbrio do balanço de pagamentos, considerando que o crescimento dos salários e das exportações afete positivamente as expectativas de lucratividade e, conseqüentemente, os investimentos. Nessa perspectiva, a variável dinamizadora do crescimento – salários ou exportações – não deve consistir na única responsável pelo crescimento, mas ser articulada com demais variáveis determinantes da demanda agregada.

No mesmo sentido que esses autores, Magalhães (2000; 2008) propõe, levando em conta as condições brasileiras, substituir o modelo neoliberal voltado puramente pra dentro, ou seja, baseado no mercado interno, por outro que resulte da redistribuição de renda e, portanto, no consumo de massas. Contudo, o autor ressalta as dificuldades políticas em redistribuir a renda em um contexto de crescimento estagnado, o que significaria beneficiar uma classe social em detrimento de outra. Nessa perspectiva, uma política redistributiva se daria pela transferência da renda adicional gerada pelo crescimento do produto interno bruto (PIB) às classes de menor renda. A estratégia de crescimento voltada para fora, por sua vez, é inviabilizada pelas dimensões geográficas brasileiras, na medida em que seria exigida do mercado mundial uma absorção dos produtos brasileiros em quantidades impossíveis. Além disso, a alta concentração de renda implicaria um baixo efeito multiplicador das exportações brasileiras sobre o mercado interno, transferindo grande parte da demanda interna para o exterior.

Nesse sentido, Magalhães (2000; 2008) propõe como solução factível uma estratégia mista de crescimento para dentro e para fora, no qual o incremento do PIB gerado pelo aumento das exportações permitiria a redistribuição da renda gerada, elevando o efeito multiplicador das exportações, que, por sua vez, elevaria as poupanças e geraria um círculo virtuoso que aceleraria o crescimento do país. As características básicas da estratégia de desenvolvimento para o Brasil proposta por Magalhães, considera fundamental o papel do Estado para estimular as exportações de bens de alto valor adicionado, processo no qual as empresas de controle nacional teriam o papel de liderança, constituídas por grandes, médias e pequenas empresas, sendo que as grandes deveriam obter o apoio necessário para investimentos fora do país e as médias e pequenas, o apoio necessário para se organizarem em arranjos produtivos lo-

cais. Além disso, a transferência de renda para os grupos de menor renda é fundamental, de modo a fomentar a sociedade de consumo de massas, através do aumento significativo do poder aquisitivo dos grupos de menor renda. Trata-se, portanto, de “reunir as alternativas propostas ao modelo de substituição de importações em nova estratégia de crescimento, combinando mercado interno e mercado externo”, onde o peso de cada mercado varia conforme a dinâmica do mercado internacional.

2.4. O debate desenvolvimentista e as críticas

O social-desenvolvimentismo, como já assinalado, rejeita a proposição fundamental da corrente novo-desenvolvimentista de que o motor do crescimento deve ser o setor exportador, pois considera que as exportações se constituem no Brasil como um complemento à demanda derivada do mercado interno. Tal argumentação deriva de evidências de que o mercado interno constitui o principal determinante do investimento no Brasil, o que implica que o investimento nas empresas industriais se dá principalmente pelo dinamismo do mercado interno e, de modo complementar, pelo mercado internacional (BIELSCHOWSKY, 2012).

No mesmo sentido, Bastos (2012), Mollo (2016) e Carneiro (2012) ressaltam a inviabilidade de um crescimento liderado pelas exportações no Brasil, argumentando que, devido à posição brasileira na divisão internacional do trabalho e às condições externas vigentes, um crescimento puxado pelas exportações é de difícil execução, ao contrário de uma situação de crescimento propiciada por condições favoráveis ao mercado interno, o que torna as propostas sociais-desenvolvimentistas “mais realistas” (BASTOS, 2012, p. 802). Nesse sentido, Pedro Bastos (2012) destaca a importância das cadeias produtivas associadas ao mercado interno e sugere que o mercado externo deve atuar como uma “contribuição marginal ao crescimento”, em vez de ser a fonte principal, assim como argumenta Bielschowsky (2012). Além disso, Mollo e Amado (2015) consideram o social-desenvolvimentismo a melhor estratégia em termos de justiça social e assinalam que a demanda interna constitui uma demanda historicamente mais efetiva.

Os críticos à desvalorização cambial, defendida pelo novo-desenvolvimentismo, ressaltam o resultado negativo da desvalorização cambial, qual seja, o aumento dos

custos para os setores importadores. Nessa perspectiva, desvalorização cambial teria seus efeitos mais evidentes sobre as importações, em termos de aumento de custos, e menor efeito sobre o aumento das exportações. Esses autores, portanto, questionam a crença novo-desenvolvimentista no sistema de preços em ajustar a estrutura econômica de modo favorável aos setores exportadores, a partir da desvalorização cambial.

Em crítica realizada de uma perspectiva liberal ao novo-desenvolvimentismo, Lisboa e Pessoa (2016) argumentam que a indústria não é um setor primordial para o desenvolvimento econômico, mas um setor com importância igual aos demais, uma vez que não haveria evidências de externalidades positivas relevantes associadas à indústria que justificassem políticas específicas para a indústria. Os autores ressaltam as evidências sobre as causas da diferença de produtividade entre os países, tais como baixa qualidade da educação e das instituições e menor produtividade dos serviços e da indústria nos países de renda média comparados aos desenvolvidos. Nesse sentido, os autores argumentam que a diferença de produtividade se deve à existência de maior proporção de empresas de baixa produtividade nos países de renda média que decorrem da existência de mecanismos institucionais nesses países que dificultam a realocação de fatores de produção para empresas mais eficientes. Além disso, a intervenção no câmbio pode ter pouco efeito sobre o crescimento da indústria, além de ser de difícil implementação.

Reinaldo Gonçalves (2012) ressalta a ênfase na estabilidade macroeconômica, em termos de equilíbrio fiscal, característica do novo-desenvolvimentismo, o que conferiria a ele um caráter ortodoxo convencional, isto é, “a versão brasileira de formulações conhecida como Pós-Consenso de Washington ou Consenso de Washington Ampliado” ou uma forma de social-liberalismo compatível com políticas de estabilização macroeconômica, ainda que o novo-desenvolvimentismo surgisse no Brasil como uma crítica à ortodoxia convencional e ao liberalismo (GONÇALVES, 2012, p. 20). Pedro Bastos (2012), no mesmo sentido, chama atenção para o fato do novo-desenvolvimentismo ter em comum com o neoliberalismo atribuir ao mercado a função de alocar os recursos produtivos, apesar da crítica do novo-desenvolvimentismo em relação ao excesso de abertura comercial, financeira e a especialização em exportações de produtos primários, decorrente da sobreapreciação cambial.

Em contrapartida, Bresser-Pereira (2016, p. 164) afirma que o novo-desenvolvimentismo não constitui uma nova ortodoxia, mas sim uma teoria aberta a várias versões, caracterizada por três aspectos fundamentais: “a ideia do desenvolvimento como mudança estrutural, que herdou do desenvolvimentismo clássico; a tese do crescimento puxado pela demanda, herdado de Keynes e Kalecki; e a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio”.

Enquanto as críticas ao novo-desenvolvimento repousam sobre a desvalorização do câmbio, a viabilidade de se aproveitar da demanda externa e pelo seu grau de similaridade com a ortodoxia, as críticas ao social-desenvolvimentismo se dão basicamente sobre o câmbio apreciado e pelo aumento dos salários acima da produtividade.

Dada a elevação dos salários acima da produtividade e a preocupação com a manutenção do poder de compra dos salários, a estratégia social-desenvolvimentista é compatível com câmbio apreciado, o que pode comprometer o crescimento econômico na medida em que parcela da demanda se direcionara para importações, impactando negativamente a dinâmica do mercado interno (FRITZ; PAULA; PRATES, 2017). No mesmo sentido, Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, cap. 12) argumentam que a política de aumento da participação dos salários na renda nacional, decorrente do aumento dos salários acima da produtividade, aumenta o custo do trabalho, eleva o valor da taxa de câmbio e, conseqüentemente, reduz a competitividade da indústria, prognosticando uma desvalorização maior do que a necessária antes do aumento dos salários.

Segundo a teoria novo-desenvolvimentista, portanto, uma trajetória de crescimento liderado pelos salários constitui um crescimento insustentável na medida em que a elevação dos salários tende a reduzir a taxa de lucro, e o câmbio apreciado tende a prejudicar a estrutura produtiva. Além disso, de acordo com Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, cap. 12), uma economia voltada para o mercado interno só é possível com a redução do coeficiente de abertura, com altas tarifas de importação, características do modelo de substituição de importações, o qual é, segundo os autores, eficiente apenas no início da industrialização e resulta em aumento das desigualdades.

Conforme Bresser-Pereira (2007), as duas principais vantagens do modelo exportador sobre o modelo de substituição de importações consistem no fato de o primeiro garantir um maior mercado para as indústrias e possibilidade de um estabelecimento

de um critério de eficiência para as autoridades econômicas, na medida em que permite, sob uma política industrial, escolher as empresas que são eficientes para exportar, uma vez que no modelo de substituição de importações as empresas poderiam ser protegidas, ainda que ineficientes.

3. Distribuição de renda

De acordo com o que foi exposto, existe uma controvérsia quanto ao modo de se buscar a distribuição de renda entre os desenvolvimentismos. Conforme Bresser-Pereira (2016), tal distribuição não deve ser realizada por meio do aumento dos salários acima da produtividade, uma vez que, dessa forma, o resultado seria redução da taxa de lucro e, conseqüentemente, redução do investimento e do emprego. Para o autor, a política de distribuição adequada deve garantir um salário mínimo razoável e direitos universais associados ao bem-estar social financiados por um sistema tributário progressivo. A carga tributária no novo-desenvolvimentismo deve ser relativamente alta, de modo a financiar os serviços sociais universais, que são, segundo Bresser-Pereira (2016), mais justos e mais econômicos do que a elevação dos salários. Ressalta-se que o programa social-desenvolvimentista também defende a adoção de um sistema tributário progressivo como um dos instrumentos para distribuição de renda, como enfatizado por Mollo (2016).

Como visto nas seções anteriores, a partir da desvalorização cambial ocorrem custos sociais que são considerados temporários pela teoria novo-desenvolvimentista: a redução dos salários e inflação. Em oposição a essa política, Mollo e Amado (2015) e Mollo (2016) sugerem maior cautela quanto ao uso das desvalorizações da moeda nacional para o objetivo de atingir maior competitividade, na medida em que as desvalorizações podem reduzir os salários reais ao elevar a inflação e, conseqüentemente, reduzir o consumo de massas, componente fundamental para o estímulo ao investimento e produção no social-desenvolvimentismo, além de prejudicar a distribuição equitativa de renda.

Quanto à relação inversa entre taxa de câmbio e salário real, Bresser-Pereira (2016) ressalta que essa mesma relação também é válida para o rendimento dos rentistas.

Sendo assim, a partir da desvalorização cambial e quando os cinco preços macroeconômicos estão em níveis adequados, a lucratividade das empresas aumenta enquanto os demais rendimentos se reduzem no curto prazo. Para o autor, “é preciso aceitar esse sacrifício no curto prazo” sem que o caráter social do novo-desenvolvimentismo seja prejudicado, haja vista que são realizadas políticas ativas de diminuição das desigualdades através do aumento das despesas sociais do Estado e pelo seu financiamento através de um sistema tributário progressivo.

Nesse sentido, a redistribuição de renda de modo que não afete negativamente as expectativas de lucro das empresas, para o novo-desenvolvimentismo, parte de uma identidade da renda nacional que considera, além dos salários e lucros, os rendimentos dos capitalistas rentistas, os altos salários e bônus dos financistas e altos executivos das grandes corporações multinacionais e as despesas sociais. Dessa forma, Bresser-Pereira, Oreiro e Maroni (2016, cap. 12) assinalam que é possível reduzir a desigualdade, sem reduzir as taxas de lucros e, portanto, do investimento e crescimento, de três formas: 1) redução dos rendimentos dos capitalistas rentistas; 2) redução das desigualdades salariais por meio da taxação de altos salários e bônus; e 3) expansão do Estado de bem-estar social.

Em concordância com as duas vertentes desenvolvimentistas, Sicsú, Paula e Michel (2007) argumentam que a melhoria da distribuição de renda na economia brasileira se dará pelo crescimento econômico a taxas elevadas associado a políticas sociais e educacionais que visem incluir a população de baixa produtividade à economia formal. Dessa forma, é destacado pelos autores que somente o crescimento econômico, apesar de gerar empregos e arrecadação tributária, não é suficiente para melhorar o perfil distributivo da economia brasileira, sendo necessárias também as políticas sociais e educacionais. Por outro lado, é ressaltado o fato de que a qualificação da mão de obra num contexto de baixo crescimento fomenta um cenário de desemprego e subemprego entre os qualificados, ao passo que políticas sociais, nesse mesmo contexto, tornam os beneficiários dependentes das políticas, uma vez que oportunidades de trabalho estarão restritas. Nesse sentido, os autores concluem que programas de qualificação e capacitação da mão de obra são importantes para a dinâmica do crescimento, mas que também deve ser estimulada a demanda pelo trabalho, de modo que a demanda efetiva possibilite que as políticas destinadas à promoção de emprego obtenham resultados.

4. Considerações finais

Em suma, o debate acerca das propostas desenvolvimentistas se dá basicamente em torno da viabilidade de se estimular o crescimento liderado pelas exportações ou pelo consumo e produção de massa. Nesse sentido, críticos à elevação da parcela dos salários na renda nacional enfatizam sua insustentabilidade devido a pressões sobre a lucratividade das empresas que essa estratégia implica, ao passo que seus defensores argumentam que tal proposta é socialmente mais justa e mais realista por considerar o mercado interno a peça-chave para o desenvolvimento. Por outro lado, críticos à desvalorização cambial para estimular o desenvolvimento destacam sua perversidade devido às suas implicações inflacionárias e sobre a redução dos salários reais, bem como sua inviabilidade diante do cenário internacional. Já os defensores dessa proposta chamam atenção para os benefícios econômicos que decorrem de um maior nível de competitividade das empresas brasileiras ao se desvalorizar o câmbio, argumentando que em poucos anos após a desvalorização os salários reais seriam mais do que recuperados e as condições sociais e econômicas da população seriam melhoradas, uma vez que a economia atingiria uma trajetória de rápido crescimento, atingindo o nível de renda per capita dos países desenvolvidos.

Através da revisão das proposições desenvolvimentistas, bem como de suas estratégias de crescimento, contata-se que o social-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo possuem implicações diferentes quanto à distribuição da renda entre os diversos segmentos da sociedade.

O novo-desenvolvimentismo defende que os salários devem crescer proporcionalmente ao crescimento da produtividade do trabalho e que os países em desenvolvimento devem aproveitar os baixos salários no curto prazo, de modo que, juntamente com a desvalorização cambial, a lucratividade das empresas seja aumentada, estimulando os investimentos destinados à exportação, direcionando a economia para uma trajetória de rápido crescimento. Apesar da desvalorização cambial resultar em perda de salário no curto prazo, para essa corrente de pensamento o câmbio competitivo constitui uma peça-chave para o desenvolvimento, uma vez que a desvalorização estimula os investimentos na indústria, elevando o emprego no setor que possui maior produtividade, permitindo, portanto, um crescimento econômico sustentável e salários mais elevados no futuro. Já no social-desenvolvimentismo, a distribuição de ren-

da favorável aos trabalhadores constitui peça fundamental para o crescimento. Para essa corrente de pensamento, uma desvalorização cambial acentuada não promoveria o desenvolvimento econômico na medida em que haveria redução do salário real e comprometimento do consumo de massa. Portanto, defende-se a utilização da elevação da parcela dos salários na renda nacional e políticas de redistribuição de renda como instrumentos para promover aumento do consumo e, conseqüentemente, dos investimentos.

Dessa forma, percebe-se que, no projeto novo-desenvolvimentista, a melhoria da distribuição de renda demandaria alguns anos para ser verificada após a implementação do projeto, enquanto no projeto social-desenvolvimentista a redistribuição de renda seria favorecida desde o início da implementação da estratégia. É importante assinalar que as propostas de redução de juros, carga tributária progressiva e políticas sociais são medidas adequadas às duas estratégias de desenvolvimento. De uma perspectiva pós-keynesiana, a redução dos juros estimularia o consumo e o investimento em ambas concepções. No entanto, para o novo-desenvolvimentismo a redução dos juros teria o papel fundamental de reduzir a utilização de poupança externa, criando condições para a desvalorização cambial. Quanto ao sistema tributário progressivo, para o social-desenvolvimentismo esse sistema teria a finalidade fundamental de contribuir para a desconcentração de renda e favorecimento do consumo de massa, enquanto para o novo-desenvolvimentismo teria o papel de amortecer a corrosão dos salários reais no curto prazo decorrente da desvalorização cambial.

Referências

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e sociedade*, vol. 21, n.spe, p.779-810, 2012.
- BIANCARELLI, André; ROSSI, Pedro. A política macroeconômica em uma estratégia social-desenvolvimentista. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, vol. 4, n. 1, p. 21-38, 2014.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, vol. 21, n. 4, p. 729-747, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 11, n. 19, p.145-165, jul.-dez. 2016.
- _____. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. *Revista de Economia Política*, vol. 36, n. 2, p. 143, 2016a.
- _____. *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2009.
- _____. *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- _____; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. *Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- _____; MOREIRA, Thiago de Moraes. *Why developing countries should not incur foreign debt: the Brazilian experience*. Texto para Discussão EESP/FGV, n. 427, set. 2016.
- _____; GALA, P. Por que a poupança externa não promove o crescimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 27, n. 1 (105), p. 3-19, jan.-mar. 2007.
- _____; NAKANO, Y. Crescimento com poupança externa? *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 23, n. 2 (90), abr.-jun. 2003.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, vol. 21, n.spe, p. 749-778, dez. 2012.
- CASTELO BRANCO, Rodrigo. Crescimento econômico e equidade social: o modelo novo-desenvolvimentista de intervenção sobre a questão social. In: *Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luis (MA), 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/66698f323a89d7b4b942Rodrigo%20Castelo%20Branco%20Santos.pdf>> Acesso em: 02 out. 2018.
- FERRARI FILHO, Fernando; FONSECA, P. C. D. Which developmentalism? A Keynesian-Institutionalist wage-led proposal. *Review of Keynesian Economics*, vol. 3, n. 1, p. 90-107, 2015.
- FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de. Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. *Nova Economia*, v. 26, n. 3, p.775-807, 2016.

- FRITZ, Barbara; PAULA, Luiz Fernando de; PRATES, Daniela. Developmentalism at the periphery: can productive change and income redistribution be compatible with global financial asymmetries? *de-guALdades*, Working Paper Series, n. 101, 2017.
- GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço Social & Sociedade*, vol. 112, p. 637-671, 2012.
- KALDOR, Nicholas. Marginal productivity and the macro-economic theories of distribution: comment on Samuelson and Modigliani. *The Review of Economic Studies*, vol. 33, n. 4, p. 309-319, 1966.
- KEYNES, John M. [1936] *A teoria geral do juro, da moeda e do emprego*. São Paulo: Abril, 2012.
- LISBOA, Marcos de Barros; PESSOA, Samuel. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 11, n. 19, p. 181-189, 2016.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Keynes e a nova economia do desenvolvimento. In: SICSÚ, J.; VIDOTTO, C. *Economia do desenvolvimento: teoria e políticas keynesianas*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 160-174, 2008.
- _____. *Brasil século XXI: uma alternativa ao modelo neoliberal*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Desenvolvimentismos, inclusão social e papel do Estado. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 11, n. 19, p. 131-143, 2016.
- _____; AMADO, Adriana Moreira. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *Economia e Sociedade*, vol. 24, n. 1, p. 1-28, 2015.
- OREIRO, José Luis. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. *Estudos Avançados*, vol. 26, n. 75, p. 29-40, 2012.
- _____; MARCONI, Nelson. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 11, n. 19, p. 167-179, 2016.
- SICSÚ, João. *Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas*. Texto para discussão 1346. Brasília: Ipea, 2008.
- _____; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo. *Revista de Economia Política*, vol. 27, n. 4, p. 507-524, 2007.
- THIRLWALL, Anthony P. Keynes and economic development. *Economia Aplicada*, vol. 11, n. 3, p. 447-457, 2007.

Recebido em 02-10-2018 e aprovado em 28-02-2019.

